

Ações na Justiça ameaçam retirar R\$ 250 bilhões dos cofres do governo

Advocacia-Geral da União tenta evitar efeitos sobre as contas públicas

Roberto Stuckert Filho/23-12-2002

Valderez Caetano

• BRASÍLIA. A área jurídica do governo está mobilizada para tentar desarmar uma bomba calculada em R\$ 250 bilhões que está prestes a estourar nas mãos do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e poderá pôr em risco as contas públicas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou à Advocacia-Geral da União (AGU) que se empenhe para preparar a defesa do governo e derrubar na Justiça duas ameaças que podem se tornar os mais caros precatórios da História do país: a dívida que o setor sucroalcooleiro alega ter a receber da União, que chega a R\$ 50 bilhões, e uma pendência de IPI de uma única empresa, a Nutriarca Alimentos, que pode ter o efeito de bola-de-neve sobre outras empresas e representar uma conta de R\$ 200 bilhões para o caixa do governo.

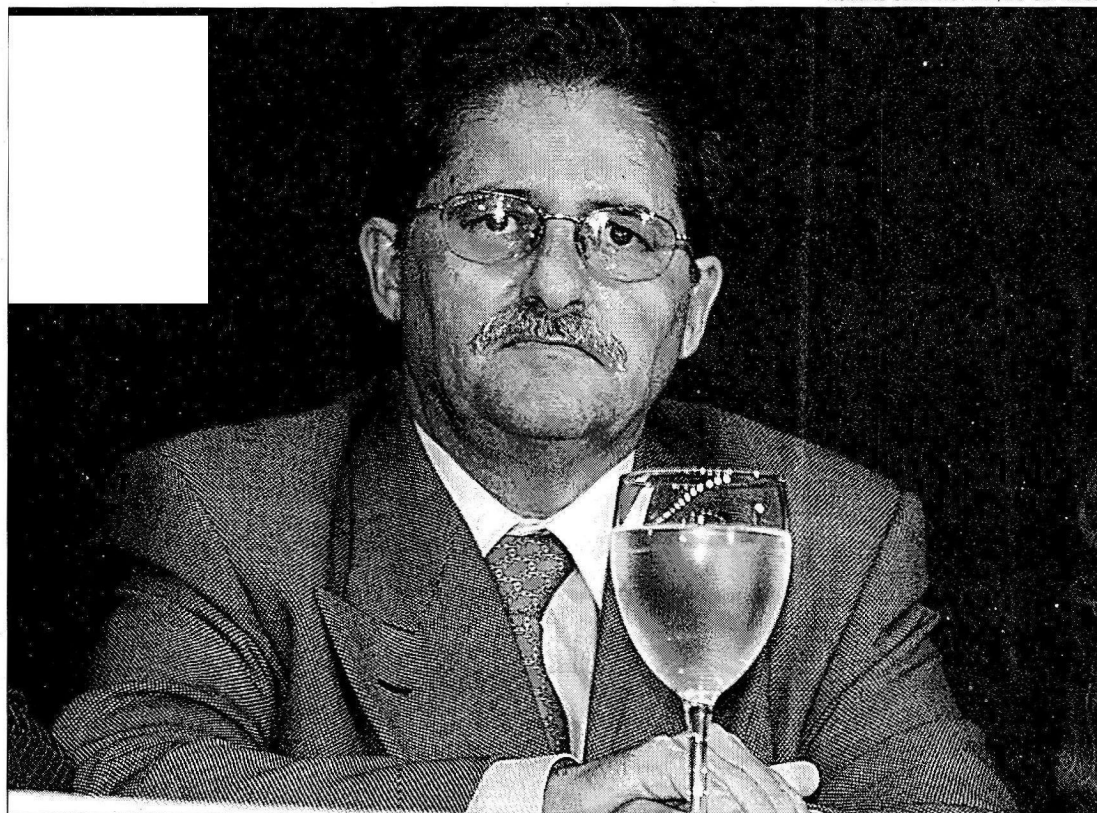
O julgamento das ações em última instância deve ocorrer até o fim deste ano. O governo está convencido de que os argumentos das empresas são frágeis e, se depender da AGU, elas não terão direito a um centavo.

— Vamos agir com intransigência na defesa do patrimônio público. Muitas das causas que temos aí podemos chamar de aventuras judiciais. Verdadeiras loterias bilionárias. São justamente os nós destes esqueletos, dessas armadilhas, que estamos nos esforçando para ir desatando — assegurou o advogado-geral da União, ministro Alvaro Augusto Ribeiro Costa.

FGV fez cálculo de perdas do setor sucroalcooleiro

No caso do setor sucroalcooleiro, só a Coopersucar está reclamando na Justiça R\$ 5 bilhões corrigidos a preços de hoje. A preços de 1999, a Companhia Açucareira Alagoana está reivindicando R\$ 604,9 milhões; a Borborema Agro Industrial Ltda, R\$ 746 milhões; a Usina Alegria S/A, R\$ 46,1 milhões; a Usina Terra Nova, R\$ 196,4 milhões; a Dedini S/A Agro Industrial, R\$ 71 milhões; e a Destilaria Alcídia S/A, R\$ 67,6 milhões, entre outras.

Os empresários alegam que entre 1983 e 1999, quando o governo fixava os preços mínimos do açúcar para controlar a oferta do produto nos mercados interno e externo, os limites fixados não correspondiam aos custos do setor sucroalcooleiro. Com base neste argumento, as empresas contrataram uma consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que fez um cálculo dos custos para o setor. Confrontados com os preços mínimos que eram fixados pelo Insti-



O ADVOGADO-GERAL da União, Alvaro Ribeiro Costa, garante: "Nós vamos agir com intransigência"

'Muitas das causas que temos aí podemos chamar de aventuras judiciais. Verdadeiras loterias bilionárias'

ALVARO RIBEIRO COSTA

'No levantamento de custos, a FGV embutia a remuneração do capital e os juros reais do financiamento, o que deixava os preços lá no alto'

MOACYR MACHADO

tuto do Açúcar e do Alcool (IAA), os preços encontrados pela FGV se mostraram muito superiores. É justamente esta diferença que está sendo reclamada na Justiça.

Mas, para a AGU, os cálculos da FGV foram feitos de forma aleatória e fictícia. O procurador da AGU Moacyr Machado sustenta que tais levantamentos não tinham caráter oficial e eram apenas estimados.

— No levantamento de cus-

tos, a FGV embutia a remuneração do capital e mais os juros reais do financiamento, o que deixava os preços lá no alto — disse o procurador.

Empresa pede ressarcimento do IPI pago de 1990 a 2000

A questão do IPI é ainda mais complexa. A empresa Nutriarca Alimentos alega de 1990 até o ano 2000 consumiu insumos com alíquota zero de IPI, mas o seu produto era

taxado pelo imposto no momento da venda ao consumidor. A empresa diz ainda que, durante o período, arcou sozinha com os custos do imposto e pede o ressarcimento na Justiça.

— Se depender da AGU, eles não terão direito a nada. Criaram uma indenização totalmente fictícia. Com pressupostos de premissas absolutamente falsas — disse Alvaro Augusto Ribeiro Costa. ■